Governo X Congresso: a guerra das MPs

ROBERTO STEFANELLI

BRASÍLIA — O Governo Collor enfrenta agora uma nova batalha no Congresso, que recebe o nome de "regulamentação da edição das medidas provisórias": as MPs — consideradas bastão imperial — que permitiram ao Governo virar do avesso o mercado financeiro e colocar contra a parede promessas salariais de programas partidários. Uma batalha de importância maior do que a que está sendo travada para a aprovação do Plano Collor II, segundo o Líder do Governo Humberto Souto, pois estará em jogo o exercício do poder.

As Oposições, com base em substitutivo do projeto do Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), prometem cortar o que chamam de "mando imperial" de Collor. Os assessores palacianos dizem que o Presidente, até agora, não avançou além do constitucional. Juntos, um lado e outro, durante algum tempo e após foguetório dos primeiros primeiros dias, procuram agora a "sala de jantar" dos entendimentos.

As medidas provisórias — que estabeleceram as coordenadas do Governo Collor, editadas ao ritmo de uma a cada dois dias — se encaminham a partir desta terça-feira para nova sessão da Câmara, numa tentativa de regulamentação. As Oposições se dispõem a aprovar e o Presidente Collor a vetar uma lei que mude as regras do jogo no qual o Executivo determina o dia-a-dia do Legislativo. Os oposicionistas querem, por exemplo, que o Governo só possa reeditar uma única vez cada medida. Caso não fosse aprovada em dois períodos de 30 dias, ficaria clara a impossibilidade de negociação.

Hoje, diante da urgência das aprovações ou conversões das MPs — nada menos de 148 só a partir da posse de Collor — o Executivo determina os passos e o fôlego de trabalho do Legislativo. O Congresso — mais na oposição e menos na situação — grita pela falta de espaço de, por exemplo, complementar a Constituição de 1988.

— É como se estivéssemos num salão com a música vindo de outro salão, ainda por cima no ritmo que a gente não quer dançar — disse o Presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro (PMDB).

— Passamos todo o tempo discutindo o que o Executivo nos empurra — reclama o Deputado Paulo Delgado (PT-MG).

— Nunca o Congresso trabalhou tanto, nunca produziu tantas leis — contesta o Líder Humberto Souto (PFL-MG).

— O Governo já deveria ter mandado um projeto de regulamentação para ser negociado no Congresso — afirma o Deputado César Maia (PDT-RJ).

O Governo está tão certo da vitória, embora disposto a negociar em nome do entendimento nacional, que coloca todo seu cacife na mesa. O Líder do Governo é incisivo:

— Se algo próximo ao projeto Jobim passar, o Presidente veta; se derrubarem o veto, ele recorre ao Supremo — anuncia Humberto Souto.

E pouco provável que perca no julgamento de uma lei que limite a Constituição. Na verdade, o Governo não acha que chegue a tanto. Para passar pela Câmara, seu primero estágio, o substitutivo ao projeto Jobim — início das negociações — passa por muitas depurações. Caso aprovado, vai a outra Casa, a dos senadores.

— Eu não acredito que o Senado deixe de emendar esta matéria — diz o Deputado quercista Manoel Moreira (PMDB-SP).

Neste caso, depois de passar por todas as comissões de Câmara e Senado, a matéria voltaria à própria Câmara. Depois, se aprovada à sombra das pressões palacianas, estaria ainda sujeita ao "canetaço" presidencial. O próprio Manoel Moreira arrisca:

— Esta questão das medidas provisórias só vai ser decidida com a revisão constitucional. Até lá, o Presidente manda e o Congresso tenta se adequar à ordem.